

PROCEDIMENTO N.º 8015/2023

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES NÃO URGENTES DE DOENTES

CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO N.º 8015/2023

CAPÍTULO I.

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

OBJETO

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte de doentes não urgentes em Ambulância e em Veículo Dedicado ao Transporte de Doentes (“VDTD”), do seu domicílio dos concelhos da área de influência do Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E. HDFF, EPE) para realização de exames, tratamentos ou consultas, e o respetivo transporte de regresso do doente ao seu domicílio.
2. As quantidades previstas pelo Contraente Público Internacional, no Anexo B do Caderno de Encargos, relativas ao número de transportes a efetuar e respetivo valor, foram estimadas com base no histórico de serviços de transportes de doentes realizados no último ano, assumindo, desta forma um carácter meramente indicativo, não vinculativo.

ARTIGO 2.º

ÂMBITO

1. Os Serviços de transportes de doentes não urgentes considerados no presente procedimento, compreende: i. Transporte de doentes não urgentes em Ambulância e em Veículo Dedicado ao Transporte de Doentes (“VDTD”), do seu domicílio (incluindo RNCCI), dos concelhos da área de influência do HDFF, EPE para realização de exames, tratamentos ou consultas, e o respetivo transporte de regresso do doente ao seu domicílio.
2. Os transportes serão realizados nos dias úteis, e excecionalmente aos fins-de-semana e feriados, decorrente de atividade adicional, no período diurno, de acordo com a data, hora, local de origem e de destino estipulados na requisição, sempre em viaturas em bom estado de conservação e higiene, não só para proporcionar comodidade e segurança no transporte do doente, mas também para serem evitadas avarias que provoquem atrasos nos horários estipulados.
3. A presente aquisição visa assegurar o transporte de doentes, em conformidade com a legislação que regula esta atividade, nomeadamente, o Decreto-lei n.º 38/92, de 28 de março; Portaria n.º 260/2014, de 15 de dezembro, que aprova o Regulamento do Transporte de Doentes; Despacho n.º 7702-A/2012, de 4 de junho, alterado pelos Despachos n.º 8706/2012, de 22 de junho, n.º 7980-A/2022, de 29 de junho, n.º 8150-A/2022, de 5 de Julho e n.º 8150-B/2022, de 5 de Julho; Portaria n.º 142-B/2012, de 15 de maio, alterada pela Portaria n.º 83/2016, de 12 de abril; Despacho n.º 7702-C/2012, de 4 de junho, alterado pelos Despachos n.º 8705/2012, de 22 de junho e n.º 7980-B/2022, de 29 de junho, e demais legislação em vigor que sobre a matéria vier a ser emitida, durante a vigência do contrato a celebrar.
4. O Tempo de espera obedecerá ao seguinte critério e exigência:
 - a) A ambulância ou VDTD terá de apresentar-se no local de partida no tempo adequado para sair à hora prevista, de modo a não criar atrasos na realização de exames, tratamentos ou consultas, sob pena de aplicação de sanções contratuais nos termos do presente caderno de encargos.

b) Na realização dos transportes programados, enunciados na alínea acima (a), para realização de consultas, exames e tratamentos deverá ser sempre assegurado, no mínimo, uma hora de espera, sempre que seja necessário o retorno do utente.

c) A faturação dos tempos de espera será realizada de acordo com o estipulado no Despacho SES n.º 7702-C/2012, de 4 de junho, alterado pelos Despachos n.º 8705/2012, de 22 de junho e n.º 7980-B/2022, de 29 de junho.

d) Em situações excecionais, caso se verifique alguma situação imprevisível, que implique um atraso na realização do transporte, por parte do prestador de serviços, este não poderá exceder os 30 minutos, sob pena do HDFF,EPE, poder recorrer a outra entidade para prestação do respetivo serviço e de serem lhe aplicadas as penalidades previstas nas peças do procedimento, exceto quando os atrasos são da responsabilidade do HDFF,EPE, nomeadamente atrasos dos colaboradores de saúde.

5. A afetação dos doentes, das consultas e restantes serviços de ambulatório, é da exclusiva determinação do HDFF,EPE, podendo ser determinado, designadamente, em termos vinculativos para o prestador do serviço, que, em caso de convergência do destino de um doente, o transporte dos doentes seja feito no mesmo transporte. No caso de transportes múltiplos em que o destino não seja coincidente e implique um acréscimo de Kms, será pago o valor por Km.

6. A faturação dos km's referentes aos serviços de transporte será efetuada de acordo com o referencial único da plataforma de distâncias do Google Maps (<http://maps.google.pt/>), considerado pelo SGTd, caso este em que o HDFF,EPE, apenas pagará os kms aí indicados, independentemente dos kms efetivamente percorridos, considerando-se a sede do prestador de serviços como o local da origem do transporte.

7. O preço devido pela prestação de serviços objeto do contrato a celebrar englobará todos os recursos humanos, equipamentos, roupas, materiais, artigos de consumo e assistência necessários ao doente para que se mantenha o cumprimento das condições clinicamente determinadas pelo HDFF,EPE, não havendo lugar a faturação adicional, à exceção dos mencionados no Despacho do SES n.º 7702-A/2012, de 4 de junho, alterado pelo Despacho n.º 7980-A/2022, de 29 de junho, e Portaria n.º 260/2014, de 15 de dezembro.

8. É da competência clínica do HDFF,EPE, a determinação do tipo de transporte adequado, bem como a eventual utilização de equipamentos e/ou artigos de consumo do HDFF,EPE, nas ambulâncias ou VDTD's.

9. No caso de acompanhamento por familiares ou pessoa significativa ao doente, mediante requisição clínica, sem prejuízo dos casos em que o acompanhamento clínico se revele necessário de acordo com as condições técnicas preconizadas para cada tipo de transporte, aplicar-se-á o disposto nos números 2 e 5 do Despacho do SES n.º 7702-A/2012, de 4 de junho, alterado pelo Despacho n.º 7980-A/2022 de 29 de junho, sendo faturado nos termos do Despacho do SES n.º 7702-C/2012, de 4 de junho, alterado pelo Despacho n.º 7980-B/2022 de 29 de junho.

10. Em qualquer caso, deve ainda ser assegurada a possibilidade de acompanhamento, na viatura adequada ao transporte, por um enfermeiro, médico ou outro profissional de saúde do HDFF,EPE, sem prejuízo da comodidade e da segurança do doente, sem custo adicional para o HDFF,EPE.

11. O transporte do acompanhante do doente será assegurado, desde que dentro dos critérios legais em vigor.

12. A prestação do serviço de transporte de doentes englobará todos os equipamentos, artigos de consumo, materiais e roupas identificados visivelmente como não pertencendo ao HDFF,EPE, e pessoal necessário para

que o doente seja transportado e assistido nas melhores condições e com o máximo respeito pela sua intimidade e privacidade.

13. O prestador de serviços responsabiliza-se pela plena satisfação das necessidades de transporte de doentes do HDFF,EPE, pelos seus próprios meios ou a outros, a que terá de recorrer se as suas viaturas não forem em número suficiente ou se encontrarem indisponíveis para os serviços contratados.

14. Sempre que, para efeitos do número anterior, o prestador de serviços recorra a meios alheios, deve disso informar o HDFF,EPE, por escrito, o mais rapidamente possível, sendo que a requisição emitida permanecerá em nome do prestador de serviços e os doentes respetivos ficarão à guarda e responsabilidade deste, até ao regresso ao seu domicílio.

ARTIGO 3.º

CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A Proposta Adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. O Contraente Público pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos de execução do contrato não regulados pelo presente Caderno de Encargos e que não sejam considerados estritamente necessários à sua execução ou sejam considerados desproporcionados.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
6. Os aditamentos ao Contrato devem estabelecer a sua própria prevalência relativamente aos restantes documentos.

ARTIGO 4.º

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato de prestação de serviços produzirá efeitos, tanto materiais como financeiros, desde a data da sua assinatura e perdurará até ao dia 31 de dezembro de 2023 ou cessará com o consumo da totalidade dos quilómetros previstos ou do montante do procedimento, consoante o que ocorra em primeiro lugar, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II.

ARTIGO 5.º

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do Contrato, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

- a) Cumprir toda a legislação em vigor, ou que venha a ser publicada sobre este âmbito, durante a vigência do contrato e de assegurar a prestação dos serviços de transporte de doentes, ao HDFF, EPE, objeto do presente procedimento;
- b) Prestar um serviço de transporte de doentes completo, programado, reativo e integrado com as demais prestações de serviços com o mesmo objeto em vigor no HDFF, EPE;
- c) Prestar um serviço fiável e adaptado às necessidades dos doentes e do HDFF, EPE, caracterizado por uma atitude de respeito pela dignidade dos doentes em qualquer circunstância;
- d) Afetar o pessoal e meios indispensáveis para assegurar um rápido e eficiente transporte de doentes em tempo útil;
- e) Assegurar que o pessoal do serviço de transporte de doentes terá a formação e supervisão adequadas, sobre o correto uso de todas as modalidades de transporte de doentes e métodos utilizados para transferir doentes em segurança;
- f) Assegurar a manutenção de todos os meios físicos afetados à prestação, mantendo-os operacionais, limpos e desinfetados;
- g) Utilizar a plataforma “SGTD - Sistema de Gestão de Transportes de Doentes” na qualidade de entidade transportadora;
- h) Garantir o transporte de profissionais e dos acompanhantes dos doentes sempre que se justifique;
- i) Garantir o ajustamento à plataforma informática de gestão de transportes utilizada pelo HDFF, EPE - Sistema de Gestão de Transporte de Doentes (SGTD), registando todas as informações necessárias, nomeadamente a matrícula da viatura e o nome do motorista;
- j) Garantir os registos com a hora de entrada e saída do doente junto dos secretariados onde são prestados os atos médicos;
- k) No prazo de 15 (quinze) dias a contar da celebração do contrato, deve o prestador de serviços entregar ao HDFF, EPE, comprovativo de contrato de seguro de responsabilidade civil por viatura e por tipo de sinistro que cubram os danos causados a passageiros transportados nas viaturas afetas à presente prestação de serviços, bem como os planos de manutenção e inspeção periódica das viaturas respetivas;
- l) No mesmo prazo identificado na alínea anterior, deverá o prestador de serviços apresentar ao HDFF, EPE, uma listagem do pessoal designado para substituir os trabalhadores identificados com a sua proposta em situação de férias, faltas ou licenças. Da referida listagem constará, igualmente, a natureza do vínculo laboral entre os trabalhadores aí referidos e o concorrente, com a indicação da respetiva data de início e duração.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem

como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, nos termos do caderno de encargos.

3. Para efeitos previstos no número anterior, a prestação do serviço transporte englobará, para além da afetação das viaturas necessárias, em cumprimento da legislação em vigor, bem com da que vier a ser publicada neste âmbito, durante o período de vigência do contrato, todos os artigos de consumo, equipamentos, recursos humanos, materiais e assistência necessária ao doente para que se mantenha o cumprimento das condições clinicamente determinadas pelo HDFF, EPE.

4. No caso do transporte em maca ou cadeira de rodas, considera-se nesse transporte a colocação do doente no interior da habitação ou serviço de destino (dentro do hospital ou outro), ao cuidado de um profissional de saúde se aplicável, considerando-se o mesmo para doentes que, embora se desloquem pelos seus próprios meios, necessitem de auxílio ou sejam portadores de doença psíquica, e que se considere que não são capazes de gerir a sua própria pessoa e bens.

5. A obrigação de continuidade do serviço prevista no n.º 13 da cláusula 2.ª implica, nomeadamente, que no caso de avaria de uma viatura durante o serviço, deve o prestador de serviços, além da comunicação do sucedido ao HDFF, EPE, garantir a imediata substituição do veículo, por um meio alternativo idêntico e seguro que permita a chegada do doente ao seu destino, no mais curto espaço de tempo, sob pena de, não o fazendo, o HDFF, EPE, promover a contratação de um terceiro para o efeito, imputando ao prestador de serviços os respetivos custos.

ARTIGO 6.º

VEÍCULOS

1. A frota deve estar em boas condições técnicas de conservação e de higiene, proporcionando comodidade e segurança no transporte do doente, prevenindo avarias e garantindo o cumprimento dos horários estabelecidos para o serviço a efetuar.

2. Sempre que haja substituição ou adicionamento de viaturas, tal deve ser comunicado ao HDFF, EPE.

3. O HDFF, EPE poderá, justificadamente, exigir a substituição de uma viatura que se apresente para efetuar um transporte requisitado.

4. Sempre que, por avaria de um veículo ou por qualquer outro motivo devidamente fundamentado, o transporte de um doente de ou para o HDFF, EPE, fique comprometido, o prestador de serviços deverá informar de imediato a entidade adjudicante e proceder à respetiva substituição por outra com as mesmas características, no tempo máximo de 30 minutos.

5. No caso mencionado no número anterior e mesmo que o prestador de serviços, pela excecionalidade da situação e pela urgência, se tenha que socorrer de outra entidade transportadora, mantém intacta a responsabilidade pelo transporte desse(s) doente(s).

6. As viaturas poderão ser sujeitas a verificação por parte do HDFF, EPE.

ARTIGO 7.º

EQUIPAMENTO

1. As ambulâncias e os VDTD's devem estar equipados de acordo com o disposto no Capítulo IV da Portaria n.º 260/2014, de 15 de dezembro, e demais legislação que venha a estar em vigor durante o período de vigência do contrato.
2. A ambulância ou VDTD deverá possuir o equipamento necessário à situação concreta do doente a transportar e tripulante que possua conhecimentos de primeiros socorros.
3. Deverá ser utilizado equipamento portátil adequado ao transporte de doentes.
4. Em certas situações, identificadas previamente à requisição do serviço de transporte, a ambulância ou VDTD deverá possuir dimensão para deslocar equipamento móvel do HDFF, EPE, que acompanhe o doente.
5. No caso do número anterior, a responsabilidade do prestador de serviços é extensível a esse equipamento, nomeadamente ao seu cuidado manuseamento, bem como à sua devolução no prazo máximo de 24 horas.

ARTIGO 8.º

REQUISIÇÃO DO TRANSPORTE

1. A requisição de ambulância ou VDTD para o transporte de doentes e acompanhantes será efetuada através da aplicação de gestão integrada de transporte, conforme previsto no Despacho do SES n.º 7702-C/2012, de 4 de junho (Sistema de Gestão de Transporte de Doentes – SGTD), alterado pelo Despacho n.º 7980-B/2022, de 29 de junho.
2. A requisição de transporte programado será efetuado com a maior antecedência possível e, em última circunstância até à véspera, exigindo-se neste caso que o prestador de serviços cumpra impreterivelmente com o local, data e hora marcados.
3. Decorrida meia hora sobre a hora prevista para a realização do transporte sem que este tenha comparecido, o HDFF, EPE, poderá requisitar o transporte a outra entidade.
4. Caso não consiga assegurar o pedido de transporte, o prestador de serviços é obrigado a rejeitar o transporte na plataforma informática, devendo-o efetuar com a maior antecedência possível, para permitir que a requisição do transporte seja efetuada a outra entidade prestadora do serviço.
5. O prestador de serviços é responsável pela correta identificação do utente transportado para garantir que o transporte realizado corresponde ao solicitado.
6. As requisições de transporte são obrigatórias para todos os serviços de transporte de doentes.

ARTIGO 9.º

PESSOAL

1. A tripulação dos veículos deverá ser constituída, consoante o tipo de transporte, de acordo com o estipulado na Portaria n.º 260/2014, de 15 de dezembro, e demais legislação em vigor.
2. As ambulâncias Ou VDTD devem ser tripuladas de acordo com o previsto na lei para o transporte de doentes, devendo os tripulantes possuir os cursos de formação adequados ao tipo de transporte a efetuar, ministrados por organismos reconhecidos como idóneos pelo INEM para tal fim.
3. A organização do horário de trabalho da tripulação será da responsabilidade do adjudicatário.

4. O prestador do serviço obriga-se a apresentar ao HDFF, EPE, no prazo de dez dias a contar da outorga do contrato, e sempre que tal lhe seja solicitado, uma relação por categorias profissionais, com indicação dos nomes, idades e nacionalidades dos trabalhadores, bem como respetivo curriculum vitae, incluindo uma listagem do pessoal designado para substituir os trabalhadores em situação de férias, faltas ou licenças. Da referida listagem constará, igualmente, a natureza do vínculo laboral entre os trabalhadores aí referidos e o prestador do serviço, com indicação da respetiva data de início e duração.
5. O prestador do serviço deverá desenvolver ações com vista à minimização da rotação dos colaboradores afetos à prestação de serviços do HDFF, EPE, de forma a garantir a qualidade e continuidade do serviço, de forma a salvaguardar os procedimentos e rotinas sedimentados.
6. O pessoal ao serviço do prestador do serviço, quando no exercício das suas funções, deve obrigatoriamente usar fardamento e cartão profissional, do qual deve constar, nomeadamente, a identificação das respetivas funções, o nome do prestador, nome do trabalhador, categoria profissional e validade do mesmo.
7. O pessoal ao serviço do prestador do serviço que tem contato direto com os doentes (tais como motoristas e tripulantes), para além dos conhecimentos técnicos inerentes à atividade profissional contratada, deve respeitar e tratar com urbanidade, probidade, cordialidade e voluntariedade os doentes e demais pessoas que estejam ou entrem em relação com os mesmos, estando obrigados ao cumprimento do sigilo profissional
8. O HDFF, EPE poderá exigir a substituição de quaisquer elementos do prestador do serviço ou que para ele execute tarefas, num prazo de 10 dias úteis, quando este não respeite qualquer das obrigações previstas no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, bem como, em geral, quando considere que aquele pessoal não demonstre deter aptidão técnica, física ou psíquica, adequadas ao cumprimento das obrigações a que o prestador do serviço se encontra vinculado.
9. Fazer cumprir pelo seu pessoal, os regulamentos que o HDFF, EPE tenha em vigor, bem como protocolos de acesso e regulamento da Instituição.

ARTIGO 10.º

OBRIGAÇÕES RELATIVAS À PROTEÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

O prestador do serviço é responsável pelo cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nos termos da legislação aplicável, designadamente:

- a) Ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem;
- b) A acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente de trabalho;
- c) Da apólice de seguro contra acidentes de trabalho deve constar cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-la válida até ao termo do contrato.

ARTIGO 11.º

ESTIMATIVA DE NÚMERO DE TRANSPORTES A EFETUAR

Estima-se que o número de transportes a efetuar durante o período de vigência do contrato a celebrar, corresponde às quantidades constantes do Anexo B ao presente Caderno de Encargos, as quais têm caráter meramente indicativo, não vinculativo.

CAPÍTULO III.
OBRIGAÇÕES DO HDFF, EPE
ARTIGO 12.º

PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o HDFF, EPE, deve pagar ao prestador de serviços os preços constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelos serviços efetivamente prestados, e no estrito cumprimento na legislação portuguesa aplicável, em especial, nos Despachos n.os 7702-A/2012 e 7702-C/2012, de 4 de junho de 2012, alterados pelos Despachos n.ºs 7980-A/2022 e 7980-B/2022, de 29 de junho, na redação atual, observando os preços máximos identificados no Despacho n.º 7702-A/2012, de 4 de junho, alterado pelo Despacho n.º 8706/20125, de 22 de junho e pelo Despacho n.º 7980-B/2022, de 29 de junho, nomeadamente:

- a) Ambulância - (euro) 0,58;
- b) Veículo Dedicado ao Transporte de Doentes (VDTD) - (euro) 0,56;
- c) No transporte em ambulância e deslocações menores ou iguais a 20 km será pago um valor máximo de € 10 por cada doente e/ou acompanhante, que inclui as deslocações de ida e de volta, designado como ‘taxa de saída’, não podendo haver lugar a qualquer faturação adicional, exceto consumíveis;
- d) No transporte em VDTD e nas deslocações menores ou iguais a 15 km será pago um valor máximo de € 9 por cada doente e/ou acompanhante, que inclui as deslocações de ida e a de volta, designado como ‘taxa de saída’, não podendo haver lugar a qualquer faturação adicional, exceto consumíveis.
- e) No transporte em ambulâncias e nas deslocações superiores a 20 km, os valores a pagar a partir do segundo doente são de:

I. Nas deslocações superiores a 20 km e iguais ou inferiores a 100 km - 20 % do valor da quilometragem associada ao doente com maior distância percorrida, ou seja, o designado «primeiro doente»;

II. Nas deslocações superiores a 100 km - 15 % do valor da quilometragem, associada ao doente com maior distância percorrida, ou seja, o designado «primeiro doente».

f) No transporte em VDTD e nas deslocações superiores a 15 km, os valores a pagar a partir do segundo doente são de:

I. Nas deslocações superiores a 15 km e iguais ou inferiores a 100 km — 20 % do valor da quilometragem associada ao doente com maior distância percorrida, ou seja, o designado ‘primeiro doente’;

II. Nas deslocações superiores a 100 km — 15 % do valor da quilometragem, associada ao doente com maior distância percorrida, ou seja, o designado ‘primeiro doente’.

g) No transporte em ambulâncias e VDTD o valor a pagar por cada acompanhante corresponde a 10 % do valor correspondente à quilometragem associada ao transporte do respetivo doente acompanhado.

h) O valor máximo da 2.ª hora de espera e subsequentes é de:

I. Ambulâncias - (euro) 10,00€;

II. VDTD - (euro) 8,00€;

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao HDFF, EPE, incluindo, designadamente, as despesas de vencimentos, contribuições para a Segurança Social, encargos sociais e os prémios de seguro contra acidentes de trabalho, alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, uniformes e cartões profissionais de identificação do pessoal, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de todos os meios materiais, nomeadamente todos os consumíveis e enfermeiro, quando aplicável, e equipamentos que se revelem necessários de acordo com as boas práticas de transporte de doentes reconhecidas pela Ordem dos Médicos, bem como dos tempos de espera necessários e quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes e licenças.

3. Para efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, o **preço contratual não pode ser superior ao valor de 217.284,60€ (duzentos e dezassete mil duzentos e oitenta e quatro euros e sessenta cêntimos)**, isentos de IVA à taxa legal em vigor, calculado em função das quantidades estimadas e dos preços unitários máximos previstos no n.º 1 da presente cláusula, de acordo com o definido no Anexo B ao presente caderno de encargos.

4. O preço base anteriormente mencionado, divide-se em:

- a) Lote 1: VDTD – montante 102.142,00 € (cento e dois mil, cento e quarenta e dois euros), isento de IVA à taxa legal em vigor;
- b) Lote 2: Ambulâncias do tipo A do Tipo C - montante 115.142,60 € (cento e quinze mil, cento e quarenta e dois euros e sessenta cêntimos), isento de IVA à taxa legal em vigor;

ARTIGO 13.º

CONDIÇÕES DE FATURAÇÃO E PAGAMENTO

- 1. A quantia devida pelo HDFF, EPE deve ser paga no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas.
- 2. As faturas serão emitidas em função e na proporção dos serviços após confirmação pelo HDFF, EPE.
- 3. Em caso de discordância por parte do HDFF, EPE, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder a emissão de nova fatura corrigida.
- 4. O HDFF, EPE não pagará os serviços sem prévia nota de encomenda/número de compromisso.
- 5. Todas as faturas deverão indicar o número da nota de encomenda, ou respetiva requisição de serviços que respeitam.
- 6. O prestador de serviços deverá encontrar-se em condições de cumprir com o legalmente estipulado quanto à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nos termos e ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro - artigos 12.º e 14.º, integrados na Secção II do Capítulo 111, relativa a faturação eletrónica que regula as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, designadamente a fatura por sistema de intercâmbio eletrónico de dados (EDI), a qual deverá ser compatível com o sistema de faturação eletrónica implementado pelo HDFF, EPE (plataforma Saphety).

7. Para efeitos de cumprimento do referido no ponto anterior, será o prestador de serviços devidamente informado pelo HDFF, EPE do procedimento a seguir para proceder a faturação dos serviços prestados, mediante pedido de esclarecimento do prestador de serviços, a enviar para o endereço de correio eletrónico aprovisionamento@hdffigueira.min-saude.pt.

8. Desde que devidamente emitida e observado o disposto na presente cláusula, a fatura é paga através de transferência bancária.

CAPÍTULO IV.

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

ARTIGO 14.º

PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o HDFF, EPE, pode exigir do prestador de serviços (Cocontratante) o pagamento de uma pena pecuniária, a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Caso não se concretize o transporte previsto, por causa imputável ao Co-contratante, ou não seja concretizado o tratamento, MCDT, consulta ou transferência, no caso de o doente não chegar atempadamente à instituição de saúde de destino e seja necessário reagendar a prestação do serviço para outro dia ou horário, não será pago o transporte em causa e também não será pago o transporte a realizar para que o doente se volte a deslocar para efetivar a prestação.

b) Em caso de imputação de custos, por parte da instituição de destino, ao HDFF, EPE, pela não realização de consultas e tratamentos agendados estes serão imputados ao Prestador de serviços de transporte (Co-contratante).

2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o HDFF, EPE tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

3. A pena pecuniária prevista na presente cláusula não obsta a que o HDFF, EPE, exija uma indemnização pelo dano excedente.

4. A prestação de serviços deve ser executada em conformidade com as cláusulas Técnicas de modo a garantir-se a qualidade da mesma.

5. No caso de o adjudicatário não efetuar a prestação de serviços nas condições por si propostas e/ou fixadas no presente Caderno de Encargos, o HDFF, EPE reserva-se o direito, cumulativamente e sem prejuízo de qualquer outro procedimento legal, de:

a) Revogar a adjudicação ou rescindir o contrato;

b) Adquirir os serviços em falta ou defeituosamente executados a outra (s) empresa (s) imputando todos os custos ao adjudicatário.

6. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o HDFF, EPE pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço contratual.

7. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

8. O HDFF, EPE pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

9. Se no desempenho das suas obrigações, se verificarem na ótica do HDFF, EPE atrasos significativos no transporte dos doentes e por qualquer motivo imprevisto, negligência, etc., o adjudicatário afetar ou prejudicar a imagem do HDFF, EPE, este poderá exigir-lhe indemnização proporcional e adequada, mas no mínimo igual aos encargos do transporte em causa.

ARTIGO 15.º

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, epidemias, greves, tremores de terra, inundações, incêndios, sabotagem, atos de guerra ou terrorismo, motins, embargos ou bloqueios internacionais e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem casos de força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que se integrem, bem como a sociedades ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre eles recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços ou cuja causa, propagação ou proporções se deva a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor que não sejam devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

ARTIGO 16.º

RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DO HDFF, EPE

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei o HDFF, EPE, pode resolver o contrato a título sancionatório, no caso do prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Caso seja colocado em risco a vida e/ou estado de saúde de utentes, acompanhantes ou profissionais do HDFF, EPE;
 - b) Se se verificar de forma grave, ou ainda que não seja grave ocorra de forma reiterada, a inobservância das disposições do contrato ou quaisquer circunstâncias que revelem a existência de má-fé por parte do prestador de serviços;
 - c) Quando houver incumprimento reiterado das orientações transmitidas pelo HDFF, EPE, ou seja, quando se verifique 3 (três) situações consecutivas de incumprimento;
 - d) Quando houver recusa expressa no pagamento das penalidades.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e produz efeitos trinta dias após a receção dessa declaração, salvo se o prestador cumprir as obrigações em falta nesse prazo e proceder ao pagamento das penas pecuniárias correspondentes.
3. Nos casos de resolução sancionaria, havendo lugar a responsabilidade do prestador de serviços, será o montante respetivo deduzido nas quantias devidas.
4. O HDFF, EPE pode ainda resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, e mediante o pagamento ao prestador de serviços de justa indemnização decidida por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
5. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

ARTIGO 17.º

RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual já executado, excluindo juros.
2. No caso previsto no n.º anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao HDFF, EPE, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO V

CAUÇÃO E SEGUROS

ARTIGO 18.º

EXECUÇÃO DA CAUÇÃO

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Concurso, pode ser executada pelo HDFF, EPE sem necessidade de prévia decisão judicial, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento

definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no Contrato ou na lei.

2. A resolução do Contrato pelo HDFF, EPE, não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

3. A execução parcial ou total de caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação do Centro Hospitalar do Oeste, para esse efeito.

4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 19.º

SEGUROS

1. É da responsabilidade do adjudicatário (Prestador de Serviços) a cobertura, através de contratos de seguro dos seguintes riscos:

a) De acidentes pessoais, de quaisquer riscos de acidentes pessoais sofridos pelo seu pessoal ou por pessoal dos seus subcontratados, ou ainda por terceiros, até à conclusão da execução da prestação de serviços, objeto do contrato ou após esta, desde que no contexto de ações no âmbito do contrato.

2. O prestador de serviços deve possuir seguro de passageiros (doentes transportados e acompanhantes), além dos demais seguros exigíveis pela legislação em vigor para o exercício da atividade.

3. O adjudicatário deve celebrar à sua custa contratos de seguro de acidentes pessoais que cubram os riscos de morte ou lesão corporal dos representantes do HDFF, EPE.

4. O HDFF, EPE pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos nos números anteriores, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de sete dias.

5. Os seguros de acidentes pessoais devem prever que as indemnizações sejam pagas aos sinistrados ou, em caso de morte, a quem prove ter a elas direito, nos termos da lei sucessória ou de outras disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 20.º

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 21.º

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 22.ª

CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 23.ª

OUTROS ENCARGOS

Todas as despesas derivadas da prestação de caução são da responsabilidade do concorrente se aplicável.

CLÁUSULA 24.ª

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução do contrato será acompanhada por um gestor do contrato, cuja identificação será indicada pelo HDFF, EPE no contrato.
2. O gestor do contrato tem por função o acompanhamento e avaliação do bom cumprimento do contrato nos termos do artigo 290.º-A do CCP.

ARTIGO 25.º

AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES

Fazendo cumprir o Procedimento de Qualidade interno, citamos "PQ.06.4" o qual visa Descrever a avaliação e seleção de Fornecedores, o circuito de compra de um produto/equipamento, sua receção e verificação, bem como, o armazenamento, e conforme deliberação do Conselho de Administração do HDFF, EPE, datada de 24 de fevereiro de 2020, com vista à seleção e avaliação dos Fornecedores Externos, todos os fornecedores serão avaliados numa escala de 1 a 5, em que 1 é muito mau e 5 muito bom, considerando os seguintes critérios:

Critério a considerar	Fornecedor
Qualidade / Competência técnica do serviço / produto	
Capacidade de resposta	
Cumprimento de prazos	
Relação preço/qualidade do serviço/produto/equipamento	
Ser Certificado/ Acreditado	
Avaliação final (A / NA)	

ARTIGO 26.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não estiver previsto neste Caderno de Encargos relacionado com o objeto do presente concurso será obrigatoriamente aplicável o disposto no Código dos Contratos Público.

Anexo A

Especificações e quantidades previstas

As especificações devem ser consideradas Termos ou Condições a que a entidade adjudicante quer que os concorrentes se vinculem, sob pena de exclusão

1. OBJETO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 1.1. O presente concurso tem por objeto a celebração de contrato de prestação de serviços de transporte de doentes ao Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., abreviadamente designado HDFF, E.P.E.;
- 1.2. Entende-se por local da prestação dos serviços a sede do HDFF, EPE, na Gala, Freguesia de São Pedro, ou entidade de natureza privada ou social com contrato ou convenção, sem prejuízo da existência de transportes para prestações de serviços noutros locais;
- 1.3. Estão abrangidos os transportes com origem ou destino na sede do HDFF, EPE, e com origem no domicílio do doente, incluindo as deslocações de ida e volta;
- 1.4. A área territorial de prestação dos serviços abrange contudo, conforme decorre do ponto 2 do presente anexo.

2. ÂMBITO CONTRATUAL

- 2.1. Os serviços incluídos no presente procedimento, a disponibilizar 24 sobre 24 horas, durante todos os dias do ano, abrangerão percursos rodoviários a efetuar principalmente nas áreas dos concelhos da área de influência do HDFF, EPE, Figueira da Foz, Cantanhede, Montemor-o-Velho, Pombal e Soure, mas também noutros a nível da Região Centro e de todo o País e constam de:
 - 2.1.1. Disponibilização de Ambulâncias de Transporte do tipo A 1;
 - 2.1.2. Disponibilização de Ambulâncias de Transporte do tipo A 2;
 - 2.1.3. Disponibilização de Veículos dedicados ao Transporte de Doentes (VDTD);
 - 2.1.4. Disponibilização da identificação da tripulação;
 - 2.1.5. Disponibilização dos quilómetros percorridos.
- 2.2. Prevê-se que o número de quilómetros a requisitar por ano se situe entre, aproximadamente, os 495.000 Kms, no âmbito do Transporte não Urgente de Doentes.
- 2.3. Garantir que o doente é transportado até ao local da prestação dos Cuidados de Saúde, no sentido mais restrito da sua atuação sendo de considerar a especialidade prescrita.
- 2.4. Será da responsabilidade do Segundo Outorgante a subcontratação de transporte na eventualidade de não dispor dos meios necessários para cumprir pontualmente o disposto no presente Caderno de Encargo sem custos adicionais para o Primeiro Outorgante.
- 2.5. Os requisitos exigidos e indispensáveis no âmbito contratual devem respeitar na íntegra a portaria 260/2014, de 15 de dezembro e Portaria n.º 96/2018, de 6 de abril;

3. CARACTERIZAÇÃO DA NATUREZA DO TRANSPORTE ABRANGIDO

- 3.1. Para efeitos do presente procedimento considera-se:

- a) “Doente”: pessoa que, no âmbito da prestação de cuidados de saúde, requer, durante o transporte, recursos humanos, veículo e equipamento adequados ao seu estado ou condição;
- b) “Doente emergente”: doente que apresenta situação clínica com risco instalado, ou iminente, de falência de funções vitais;
- c) “Doente urgente”: doente que apresenta situação clínica com potencial de falência de funções vitais;
- d) “Ambulância”: veículo tripulado por, no mínimo, dois elementos habilitados, com formação regulamentar, para a prestação de cuidados, e destinado ao transporte de, pelo menos, um doente em maca;
- e) “Veículo dedicado ao transporte de doentes” (VDTD): veículo ligeiro, tripulado com elementos habilitados com formação regulamentar, destinado ao transporte de doentes cuja situação clínica não impõe, previsivelmente, a necessidade de cuidados de saúde durante o transporte.

3.2 “Transporte não Urgente”, o transporte de doentes associado à realização de uma prestação de saúde com origem e requisição devida e previamente autorizada, emitida pelos serviços competentes do HDFF, EPE, nas situações seguintes:

3.2.1. Consultas, internamento ou cirurgia de ambulatório;

3.2.2. Tratamentos ou exames complementares de diagnóstico e terapêutica;

3.3. São aplicáveis ao presente procedimento as normas e procedimentos relativos à prescrição, requisição, gestão, conferência e faturação de encargos conforme legislação atualmente em vigor.

4. Auditorias

4.1. Reserva-se ao HDFF o direito de proceder a auditorias, programadas e não programadas, ao cumprimento das regras definidas no presente Caderno de Encargos.

4.2. As auditorias definidas no número anterior serão da responsabilidade do “Gabinete de Qualidade e Gestão do Risco” e/ou “Serviço de Auditoria Interna”, após designação para o efeito pelo Conselho de Administração.

5. Preço

5.1. Os concorrentes deverão indicar o preço total e os preços unitários, em euros, para a prestação de serviços objeto do presente caderno de encargos, mediante o preenchimento do Anexo B ao Caderno de Encargos.

5.2. Se aplicável à Entidade concorrente, esta deverá apresentar a justificação do preço apresentado, em especial os relacionados com os custos remuneratórios e sociais dos trabalhadores e outros custos fixos, com respeito pelas orientações da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) para este setor de atividade e legislação geral do trabalho e de transportes rodoviários aplicável.

Anexo B

Lote 1 - VDTD (portaria 260/2014 – Capítulo I – art.º 5, n.º 2))

Código Artigo	Designação	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Estimado Total	Preço Uni/Km	Preço Total
1	Quilometro	139.525	Km	0,56 €	78.134,00 €		
2	Acompanhante	13.000	km	0,056 €	728,00 €		
3	Segunda Hora espera e subsequentes >15Km	2.550	Un	8,00 €	20.400,00 €		
4	Taxa de Saída por cada doente e/ou acompanhante, que inclui as deslocações de ida e de volta, não podendo haver lugar a qualquer faturação adicional, exceto consumíveis	320	Un	9,00 €	2.880,00 €		
Total Lote					102.142,00 €		

(VALORES ISENTOS DE IVA)

Lote 2 - Ambulâncias do tipo A do Tipo C (portaria 260/2014, Capítulo I, art.º 5, n.º 2) e do tipo b (portaria 260/2014, Capítulo I, art.º 3, n.º 6))

Código Artigo	Designação	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Estimado Total	Preço Uni/Km	Preço Total
1	Quilometro	156.500	Km	0,58 €	90.770,00 €		
2	Acompanhante	4.700	km	0,058 €	272,60 €		
3	Segunda Hora espera e subsequentes >15Km	2.120	Un	10,00 €	21.200,00 €		
4	Taxa de Saída por cada doente e/ou acompanhante, que inclui as deslocações de ida e de volta, não podendo haver lugar a qualquer faturação adicional, exceto consumíveis	250	Un	10,00 €	2.500,00 €		
5	Oxigénio	30	Un	10,00 €	300,00 €		
6	Ventilador (em situações excecionais devidamente requisitadas e em ambulância diferentes do tipo C)	4	Un	25,00 €	100,00 €		
Total Lote					115.142,60 €		

(VALORES ISENTOS DE IVA)

Anexo C

Valores Máximos por Quilómetro que pode ser pago pelo transporte não urgente de doentes

1 - O valor máximo por quilómetro que pode ser pago pelo transporte não urgente de doentes, atendendo à modalidade do veículo a utilizar, é de:

- a) Ambulância (qualquer que seja a sua tipologia) - (euro) 0,58;
- b) Veículo dedicado ao transporte de doentes (VDTD) - (euro) 0,56;
- c) Estes valores serão objeto de atualização anual indexada à taxa de inflação, relativa aos transportes do ano anterior emitida pela entidade competente.

2 - No transporte em ambulância e deslocações menores ou iguais a 20 km será pago um valor máximo de (euro) 10 por cada doente e/ou acompanhante, que inclui as deslocações de ida e de volta, designado como 'taxa de saída', não podendo haver lugar a qualquer faturação adicional, exceto consumíveis.

3 - No transporte em VDTD e nas deslocações menores ou iguais a 15 km será pago um valor máximo de (euro) 9 por cada doente e/ou acompanhante, que inclui as deslocações de ida e a de volta, designado como 'taxa de saída', não podendo haver lugar a qualquer faturação adicional, exceto consumíveis.

4 - No transporte em ambulâncias e nas deslocações superiores a 20 km, os valores a pagar a partir do segundo doente são de:

- a) Nas deslocações superiores a 20 km e iguais ou inferiores a 100 km - 20 % do valor da quilometragem associada ao doente com maior distância percorrida, ou seja, o designado «primeiro doente»;
- b) Nas deslocações superiores a 100 km - 15 % do valor da quilometragem, associada ao doente com maior distância percorrida, ou seja, o designado «primeiro doente».

4.1 - No transporte em VDTD e nas deslocações superiores a 15 km, os valores a pagar a partir do segundo doente (devem respeitar as condições definidas nos n.ºs 4 do Despacho n.º 7702-A/2012, de 4 de junho, alterado pelos Despachos n.os 8706/2012, de 29 de junho, pelo 7980-A/2022, de 29 de junho e pelo 8150-A/2022, de 5 de julho) são de:

- a) Nas deslocações superiores a 15 km e iguais ou inferiores a 100 km - 20 % do valor da quilometragem associada ao doente com maior distância percorrida, ou seja, o designado 'primeiro doente';
- b) Nas deslocações superiores a 100 km - 15 % do valor da quilometragem, associada ao doente com maior distância percorrida, ou seja, o designado 'primeiro doente'.

5 - No transporte em ambulâncias e VDTD o valor a pagar por cada acompanhante corresponde a 10 % do valor correspondente à quilometragem associada ao transporte do respetivo doente acompanhado.

6 - O valor máximo da 2.ª hora de espera e subsequentes é de:

- a) Ambulâncias - (euro) 10;
- b) VDTD - (euro) 8.

7 - Os valores máximos a pagar relativamente aos consumíveis em ambulância são de:

- a) Kit de parto - (euro) 9;
- b) Ventilador (em situações excecionais devidamente requisitadas e em ambulância diferentes do tipo C) - (euro) 25;
- c) Oxigénio - (euro) 10.